

PROPOSTA PARA IMPLANTAÇÃO DA LEI 14.133/2021 NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

Prefeitura Municipal
Setor de Licitações

Prezados,

Pelo presente, enviamos à proposta para a prestação dos serviços abaixo definidos. Para tanto, apresentamos a seguir o escopo do trabalho, o valor dos serviços propostos e outras cláusulas que irão reger nosso relacionamento a partir da aceitação desta proposta. Sendo que o escopo poderá ser ampliado ou reduzido a depender da necessidade do Município, havendo nesse caso alteração nos honorários e adequação da proposta.

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, trouxe para a Alta Administração, ou seja, os gestores que detêm em seus ombros o poder de decisão, várias obrigações legais, dentre elas as previstas no Parágrafo Único do artigo 11 da Lei 14.133/2021:

Parágrafo único. **A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos**, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no *caput* deste artigo, **promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.**

1. CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETO DE TRABALHO

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, já se encontra em vigor e que sua aplicabilidade deverá estar em plena utilização até o dia 1º de abril de 2023;

CONSIDERANDO que o art. 1º da Lei nº 14.133/21 estabelece normas

gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

CONSIDERANDO que a Administração Pública poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 ou de acordo com as Leis Federais hoje vigentes, até o decurso do prazo de 02 (dois) anos da publicação da Nova Lei de Licitações e contratos administrativos;

CONSIDERANDO que, desde sua publicação, não é permitido utilizar a Lei nº 14.133/2021 e demais vigentes que tratam de licitações e contratos de forma combinada;

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de garantir a transparência dos atos praticados até a efetiva implementação e integração do Portal Nacional das Contratações Públicas com o Sistema de Aquisições utilizado nos municípios;

CONSIDERANDO a necessidade de reconhecimento quanto a responsabilidade atribuída ao agente de contratação, bem como a comissão de contratação e ainda a imprescindibilidade de detalhamento quanto as atribuições dos mesmos em regulamento específico;

CONSIDERANDO a necessidade de edição de norma regulamentar municipal para disciplinar a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, no município em vários pontos, além da observância do Princípio da Segregação de Funções;

Apresentamos proposta para atuação jurídica técnica e especializada, prestando Assessoria para a Administração Pública Municipal, visando a capacitação dos Agentes da Administração e a adequação e implementação da Nova Lei de Licitação nº 14.133/21 no âmbito do Executivo Municipal.

2. PÚBLICO-ALVO

Pessoas a serem indicadas entre Agentes de Controle Interno, Secretários Municipais, Membros da CPL, Pregoeiros, Gestores e Fiscais de Contratos, Servidores da Área de Compras, Assessores, Contadores, Membros da Equipe de Apoio, pessoas que trabalham diretamente na Administração Pública Municipal do município.

3. FASES PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO E IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÃO

A implementação da Nova Lei de Licitação será desenvolvida seguindo o processo estabelecido na tabela em anexo.

O prazo de execução dos serviços será de 2 (dois) meses.

Durante esta fase de construção, devemos passar, necessariamente, pelas seguintes etapas:

1. A FASE DE CONSCIENTIZAÇÃO, que tem por objetivo iniciar o processo de implementação da Nova Lei de Licitação, informando aos secretários, procuradores, controladores e demais servidores envolvidos no processo de compras públicas os principais pontos da Nova Lei de Licitação, perpassando por todas as fases do processo de implementação, de forma a ensejar sólido substrato para elaboração do programa institucional. Esta fase envolve:

1.1 - Palestras introdutórias sobre o que é a Nova Lei de Licitação, além da sua aplicação no dia-a-dia. Também inclui a forma com a qual será realizado, e suas respectivas etapas. As palestras deverão ocorrer na Prefeitura Municipal ou por meio digital (zoom ou meet), sendo registradas para fins de publicidade e documentação.

a. As palestras tem como fim, além do objetivo de divulgação e explicação do projeto de implementação da Nova Lei de Licitação, familiarizar os servidores nas novas regras dos processos de compras públicas, a necessidade de mudança de paradigma da administração pública – do burocrático (Lei 8.666/93) para o gerencial (lei 14.1333/2021), bem como das práticas rotineiras.

2. Cursos preparatórios para aplicação da Nova Lei de Licitação no dia-a-dia e entendimento da sua legislação, bem como as consequências de sua não observância. Estes cursos serão ministrados na sede da Prefeitura Municipal ou via aplicativo (zoom ou meet), com registro e publicidade de todos.

3. Reunião com o Chefe do Executivo Municipal e servidores da Secretaria de Planejamento para definição de responsáveis pela condução do processo de compras públicas.

4. Nomeação de Agentes de Contratação ou Comissão de Contratação.

2. A FASE DE DIAGNÓSTICO, momento em que identificamos como está sendo elaborado o processo de compra, sendo sugerido a criação de um comitê para acompanhamento, mapeamento dos fluxos dos procedimentos de compras públicas realizados no órgão, para que seja possível avaliar o nível de maturidade e conformidade destes com a Nova Lei de Licitação, além de começar a preparar a administração para a fase de implementação da NLL.

É na fase de qualificação que estes processos são desenhados, a fim de facilitar o cumprimento das obrigações estabelecidas em lei, bem como compreender as principais dificuldades e gargalos dos processos de compras.

3. A FASE DE IMPLEMENTAÇÃO é onde as soluções apresentadas, após sua aprovação, são efetivamente elaboradas e aplicadas. Esta fase envolve:

Av. Carneiro Leão, 294 - Sala 1006, Zona 01 - Maringá - PR

Telefone: (44) 3041-2134/(44) 99151-8446

e-mail: contato@impactogp.com.br

1. Elaboração de Regulamentos necessários para aplicação da Nova Lei de Licitação;

4. MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A contratação de treinamento por Pessoa Jurídica de Direito Público poderá ocorrer com base no permissivo do art. 25 (Inexigibilidade de Licitação) da Lei nº 8.666/1993:

Considere que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993. (Decisão TCU nº 439/1998 –Plenário).

Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, caput ou inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pessoas naturais e jurídicas para ministrar cursos fechados para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal ou a inscrição em cursos abertos. (Orientação Normativa AGU nº 18).

Ainda na 8.666/93:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

5. DO PRAZO Para a execução dos serviços aqui estabelecidos, o prazo mínimo a ser estabelecido, a depender da dedicação do município contratante, deverá ser de até 2 (dois) meses.

6. DO INVESTIMENTO – Os serviços realizados encontram-se anexo a essa proposta, os quais serão realizados conforme as datas lá dispostas em até 2 (dois) meses da contratação.

Em contrapartida ao planejamento, elaboração do material didático em arquivo digital e execução dos serviços propostos, o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Além dos custos diretamente relacionados à realização dos serviços o valor acima indicado também contempla as despesas de hospedagem,

alimentação e traslado dos instrutores para a realização dos trabalhos – capacitação e implantação.

É de responsabilidade da do Contratante disponibilizar local, e instrumentos como retroprojeto multimídia e sistema de áudio/microfone, se necessário,

CONFIDENCIALIDADE As informações contidas nesta proposta são para uso exclusivo do **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALEMEIRAS** e não podem ser compartilhadas, copiadas ou divulgadas sem a expressa autorização da IMPACTOGP, sob pena de arcar com os danos causados, na forma da legislação vigente.

CONCLUSÃO Caso tenha perguntas sobre esta proposta, contate a Impacto Gestão Pública conforme sua conveniência por e-mail em impactogestaopublica294@gmail.com ou contato@impactogp.com.br ou por telefone/whatsapp em (44) 99151-8446 ou (44) 3041-2134.

LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços serão prestados de forma híbrida, na modalidade presencial e online – suporte via whatsapp e também presencial em local e estrutura disponibilizados pelo Contratante.

Estamos à disposição para esclarecimentos complementares.

Atenciosamente,

Maringá – Paraná, 13 de fevereiro de 2023

MASSAGO ASSESSORIA, CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA CNPJ:
37.690.105/0001-20.

João Claudio Massago

CRONOGRAMA
IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES Nº 14.133/2021 –
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

Descrição

		Fevereiro	Março
01	Realização de visita ao órgão/município		
02	Capacitação	x	
03	Levantamento inicial da estrutura organizacional, envolvida no processo de licitação (identificação do número de agentes envolvidos no processo), considerando suas atribuições e competências;	x	
04	Reunião com Prefeito e equipe de Governo, decisão sobre autorização “Dispensas Eletrônicas”	x	
05	Cadastro e treinamento para utilização da plataforma a ser utilizada (conforme orientação repassada pela plataforma)		x
06	Inserção no site de local, para publicação das Dispensas Eletrônicas, conforme definição da equipe de TI		x
07	Publicação do Decreto que regulamenta a nova Lei 14.133/21 no município		x
08	Publicação do Decreto sobre “Cotações de preços”		x
09	Publicação do Decreto “Dispensas e Inexigibilidades, diante da Lei 14.133/21”		x
10	Publicação do Decreto de Dispensa Física se for o caso do Município;		x
11	Envio de Projeto de Lei, regulamentando a função de Agentes de Contratação e criando gratificação para a equipe de apoio; (Se necessário)		x
12	Apresentação da minuta de Edital para as Dispensas Eletrônicas		x
13	Publicação de Decreto que regulamenta o Agente de Contratação		x
14	Apresentação a todas as Secretarias sobre a implantação da Nova Lei de Licitações, especialmente para as Dispensas e Inexigibilidades, contendo os modelos “Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar”, “Projeto Básico/Termo de Referência” e “Cotação de Preço”, com definição de data para início das exigências;		x
15	Publicação de Portaria de Segregação de Funções		

